

## 1ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 69.ª Sessão Ordinária

Realizada em 1.º de Junho de 1971  
(Têrça-Feira)

Presidência do sr. deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados Antônio Maciel, Alvaro Dias, Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Igo Losso, Pinto Dias, Wilson Brandão (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário procederá a chamada.  
(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Feita a chamada foi constatada a existência de quorum para o prosseguimento da sessão.

Esta Presidência tem a registrar a presença, neste Plenário, do sr. deputado federal Olivir Gabardo.

Esta Casa recebeu, para gaudio e honra, a visita de S. Exa. JONKEER LEOPOLD QUARLES VAN UFFORD, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Países Baixos.

Fica registrada a satisfação deste Poder, por tão honrosa visita. Registramos também, com satisfação, a visita de Vereador de Morretes.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte



**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS**

Senhor Presidente:

Requeiro a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 130-70, por 3 sessões.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Antônio Costa

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do professor José Felix Maria Bianco, catedrático da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, pintor, escultor, tendo tido real destaque no exercício destas atividades. Concorreu também, o professor Bianco, para o desenvolvimento da indústria curitibana, com seu pioneirismo na criação e produção de pisos comerciais e artísticos.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Emílio Carazazi

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Arthur Bianchini Ferreira, em lamentável acidente ocorrido na rodovia Raposo Tavares, próximo à cidade de Ourinhos, no Estado de São Paulo.

O extinto ocupava o cargo de Delegado Regional da Fazenda em Jacarè-zinho, contando com uma inestimável fôlha de serviços prestados ao Estado. Deixa viúva a senhora Júlia Espirandeli Ferreira e dois filhos, sendo sua família domiciliada em Porecatú.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente requerimento, para o qual conta com o indispensável apoio dos nobres Pares, seja dada ciência do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Fuad Nacli

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Sidrak Silva, ocorrido na semana próxima passada em Londrina, comunicando-se aos familiares, na rua Pará, 1097, na mesma cidade.

O extinto era antigo morador de Londrina, onde era bastante estimado, deixando saudades para vasto círculo de amigos que sempre soube cultivar.

Sala das Sessões, 1.º de junho de 1971.

(a) — Antônio Belinati

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Tendo em vista as comemorações do "Dia do Archieta", recém criado, com o sentido de rememorar a vida santa e heróica daquele missionário jesuíta, requer o Deputado abaixo, após ouvir o Plenário, seja dedicado o



Grande Expediente da sessão plenária do dia 8 do corrente, para o enaltecimento da personalidade de Anchieta.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Antônio Lopes Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando providências no sentido de dotar a Delegacia de Polícia de Guarapuava de veículos para as suas atividades específicas.

A referida providência, de determinada, irá sanar graves dificuldades com que se defrontam os policiais daquela comuna, hoje sem meios de locomoção para atender o maior Município de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado ofício ao sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências visando uma ampla reforma nos prédios escolares de Londrina, pois a maioria dos estabelecimentos de ensino, principalmente os de nível primário, se acha com seus edifícios em precárias condições, necessitando de uma imediata reforma.

Em diversos grupos escolares de Londrina, os professores estão quase sem condições de ministrar suas aulas, em consequência do abandono a que ficaram relegados os estabelecimentos de ensino, onde chove dentro, sanitários precários, falta d'água, paredes precisando de reparos, falta de muro, de carteiras e de materiais indispensáveis numa escola pública.

A aparência dos grupos escolares localizados nas vilas e Distritos de Londrina é das piores, estando a exigir esta reforma que fará a criança mais feliz quando estiver numa sala de aula.

Sala das Sessões, 1.º de junho de 1971.

(a) — Antônio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe ofício ao excelentíssimo senhor doutor Haroldo Leoni Peres, digníssimo Governador do Estado, sugerindo providências no sentido de que seja construído um edifício de isolamento para tuberculosos, junto ao Hospital São Vicente de Paula, na cidade de Guarapuava.

A referida solicitação prende-se ao alarmante número de casos de doenças torácicas, registrando naquela comuna e municípios vizinhos e a ausência de meios locais, para debelação do insidioso mal.

Acresce, ainda, que a construção do referido edifício de isolamento poderá, perfeitamente, atender toda a região, impedindo, consequentemente, o deslocamento de doentes para a nossa Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de Junho de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger



### Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1.o — A ação fiscal que vem sendo desenvolvida nos últimos dias pela Secretaria da Fazenda, notadamente em Curitiba;

2.o — Que seus objetivos visam, a curto prazo, evitar a sonegação de impostos bem como exercer fiscalização racional e objetiva;

3.o — que, em muitas ocasiões, os fiscais da Secretaria da Fazenda não são bem recebidos pelos contribuintes, eis que sua imagem é totalmente distorcida, não sendo encarado como um funcionário zeloso cumprindo obrigações, mas sim, um agente de opressão;

4.o — que isto justamente acontece por não ter sido realizada até agora um esclarecimento à opinião pública a respeito da ação fiscal;

Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se ao excelentíssimo senhor Secretário da Fazenda, sugerindo a Sua Excelência que se digne determinar a realização de uma campanha publicitária, nos moldes da efetuada pelo Governo do Estado de São Paulo, destacando a função do fiscal como um agente esclarecedor e zeloso no cumprimento do seu dever, e que muito contribui com seu trabalho para que cada vez mais haja participação de todos sem qualquer distinção de ordem social ou política, no processo de desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 1.o de junho de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

### Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições e após pronunciamento do Plenário, respeitosamente,

Requer o pronunciamento oficial da Casa, consubstanciado através apêlo ao excelentíssimo senhor Presidente da República, no sentido de proibição de fabrico e venda de fogos de artifícios, considerados perigosos à integridade física da população, testemunhando a solidariedade da Casa a um movimento de âmbito nacional e que visa poupar de mutilações crianças e adultos que ainda não chegaram a compreender os perigos, representados pelo emprêgo e venda de artifícios juninos que não asseguram a incolumidade física daqueles que os empregam.

A solidariedade oficial da Casa virá demonstrar a constante preocupação pela segurança e bem estar do povo, no mais fiel cumprimento do mandato que nos foi conferido.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja remetida cópia do presente ao "Programa Flávio Cavalcante", a fim de que, por seu intermédio, o país inteiro tome conhecimento de que o Paraná compartilha das elogiáveis campanhas nacionais que venham demonstrar preocupações pela integridade física, principalmente de crianças, hoje expostas a riscos desnecessários e que, em tempo oportuno, devem ser coibidos, por prevenção, diante da previsibilidade de que, em muitos casos, paliativos representarão o único remédio para uma tolerância que a consciência generalizada dos mais experimentados está a repudiar.

Sala das Sessões, em 1.o de junho de 1971.

(a) — **Acyr José**

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N.º 81-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de "Utilidade Pública" a Casa Maternal Evangélica de Maringá, com sede na cidade de Maringá.



Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.o de junho de 1971.

(a) — Jorge Sato

**JUSTIFICATIVA:**

A Casa Maternal Evangélica de Maringá, já reconhecida de utilidade pública no âmbito municipal, vem funcionando há mais de um ano com a finalidade de atender menores pobres, concedendo-lhes graciosamente refeição, roupa e, ainda, orientando-os quanto à saúde, higiene e educação. Nada mais justo o que pretendemos com o presente Plano de Lei, pois a finalidade da Casa Maternal Evangélica de Maringá é de auxílio à sociedade, visando única e exclusivamente propiciar assistência a menores pobres, como se pode constatar em seus Estatutos que anexamos ao presente como justificativa do projeto que propomos a esta Casa Legislativa.

**PROJETO DE LEI N.º 82-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Estadual no município de Palotina, para funcionar a partir do ano de 1971.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.o de junho de 1971.

(a) — Leopoldo Jacomel

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio que se pretende criar, através do presente projeto de Lei virá, inegavelmente, trazer grandes benefícios aos habitantes daquela rica e próspera região, notadamente ao grande contingente de estudantes em condições de cursar escola de tal nível.

Além do mais, a criação do mencionado estabelecimento de ensino, virá, também, desonerar o orçamento doméstico daquela população, que lá reside por longos anos, o nosso pensamento é puro e simplesmente objetivando da massa estudantil para outros pontos a fim de conseguir aquele grau de ensino.

Nada mais justo seria atender às pretensões dessa gente laboriosa, criando-se o Colégio Estadual no município de Palotina, razão pela qual submetemos este plano de lei à apreciação de nossos ilustres e preclaros Pares, esperando-se lhe de acatamento.

**PROJETO DE LEI N.º 83-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 7 da quadra n.º 35, da planta do Município de Itapejara D'Oeste, de propriedade do Estado, pelo Lote n.º 15, da Quadra 64, da mesma planta, de propriedade da Prefeitura Municipal.

Art. 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.o de junho de 1971.

(a) — Arizone Araújo

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de Lei fundamenta-se em antiga aspiração do povo de Itapejara D'Oeste, que é de possuir o seu logradouro público; aspiração que vem sendo frustrada pela simples razão de o Estado possuir um lote de terreno, preservado à edificação de uma coletoria estadual, no local destinado



à construção da praça. Local este que reúne as condições ideais para tal empreendimento, uma vez que se situa nas imediações da Igreja Matriz, Hospital e Grupo Escolar.

A permuta proposta pelo presente Projeto tem por escopo proporcionar ao povo daquela comuna o elemento necessário e indispensável para a realização de seu velho sonho, que é a construção de sua praça pública; não acarretando, com esta medida, nenhum prejuízo para o Estado.

#### PROJETO DE LEI N.º 84-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no município de Guarapuava.

Art. 2.º — A Escola terá, além de um ginásio técnico industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra especializada da região.

Art. 3.º — O curso ginásial técnico terá a duração letiva de quatro anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentada pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### JUSTIFICATIVA:

Hoje, em nosso País, existem, percentualmente, menos técnicos especializados do que advogados. Vive o nosso ensino, atualmente, uma falta de diretrizes gerais orientadoras, destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

É fato consumado que a mão-de-obra especializada se constitui em importantíssimo elemento na política racional de desenvolvimento econômico e social de nosso País.

As necessidades destas escolas são enormes e o que já se fez, como o que se faz é insuficiente. É preciso, mais, muito mais. O projeto presente visa ampliar esta necessidade, proporcionando a matrícula de jovens, que desejam, se beneficiar com o aprendizado técnico, preenchendo, desta maneira os espaços ausentes reclamados pelo Paraná e pelo País.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Acyr José, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tôda vez que me fôr dada a possibilidade de exaltar a figura eminente do Prefeito anterior de Curitiba, o sr. Omar Sabbag, dentro do primado ético do respeito e da justiça, eu o farei.

Entendemos que este Poder Legislativo deve, em todos os momentos, exaltar os valores intelectuais, morais e cívicos de nossa terra.

Vem, neste instante, à nossa mente um problema que tem preocupado a população de Curitiba. É mister que digamos, nesta oportunidade, que o tradicional e credenciado matutino "Diário do Paraná", em sua edição de domingo e ontem também, o tradicional matutino "O Estado do Paraná",



através de missivas de eleitores, se preocupavam com os problemas das ruas Ubaldino do Amaral e Avenida 7 de Setembro.

Quero trazer a esta Casa, sr. Presidente, srs. Deputados, uma obra que Curitiba há de perpetuar, realizada na gestão do prefeito Omar Sabbag, o viaduto de Capanema, que se sobrecarrega de acidentes automobilísticos, devido a sua passagem do viaduto que ali se avizinha. Queremos dizer aqui, nesta Casa, que a Rua 7 de Setembro é tida, na sua totalidade, como via preferencial, e ao chegar na confluência da Rua Ubaldino do Amaral, perde este sentido de privilégio, para sofrer um terrível afogamento, o que vem proporcionando lamentavelmente, dolorosamente, acidentes até mortais.

E a imprensa tem noticiado, até com frequência, ainda na última 6.ª feira próxima passada, ali perdera a sua existência um ciclista menos avisado. E querendo aproveitar estes cinco minutos, queremos encaminhar à Mesa um requerimento, em forma de apêlo veemente e que, cremos, encontrará por parte da autoridade competente, a sua atenção, para que não se vejam ceifadas outras existências, e que se ponha naquele local, um aparelho de semáforo ou então um guarda sinaleiro. Era o apêlo, sr. Presidente.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Solicitei a palavra, para fazer um apêlo ao nobre líder do Governo desta Casa, deputado João Mansur, no sentido de que S. Exa. procure conversar com o sr. Diretor do Departamento de Trânsito, que não vai aqui nenhuma crítica, ao dr. Marcos Prado, que considero um arquiteto de grande valor, um moço inteligente, imbuído dos melhores propósitos de bem servir à coletividade paranaense. Acho que a escolha do Governador foi das mais excelentes, nomeando Marcos Prado para Diretor do DETRAN.

Todavia, temos lido nos jornais, que ele pretende implantar, em Curitiba, o chamado anel de tráfego. É um estudo realizado há muitos anos pelo IPUC, e que todos os prefeitos que o antecederam já procuraram solucionar o problema, e todos os diretores de trânsito que antecederam o sr. Marcos Prado, têm solicitado a execução do referido plano, porque ele vem em detrimento da população que necessita andar de ônibus, vem em favor dos proprietários de automóveis que, efetivamente, necessitam de um tráfego melhor em detrimento do povo, que é a grande maioria e que necessita das locomotivas para sua locomoção. Vou explicar à Casa porque vem em prejuízo da população curitibana, não são as empresas do transporte coletivo, porque estas vão receber o mesmo preço das passagens e andar menos. Com o preço dos ônibus em compensação, as pessoas vão andar mais porque os ônibus não podem penetrar no referido anel, eles têm que ficar na periferia do mesmo. Isto significa que os passageiros não serão trazidos mais ao centro da cidade e ficarão na primeira periferia do centro, que vem em detrimento da população. Foram estas as razões que levaram Ivo Arzua, Omar Sabbag e Abílio Ribeiro, a não implantar o referido anel de tráfego do trânsito curitibano.

Agora, estamos lendo, pelos jornais, que o sr. Diretor de Trânsito pretende colocar a medida em execução.

Em nome do povo de Curitiba, quero desde já lançar o meu protesto e deixar meu apêlo ao nobre deputado João Mansur, para que não se faça a bobagem que se cometeu com relação à rua Marechal Floriano, implantando a mão única, numa via que liga a parte Norte à Sul da cidade, uma via que foi tratada com carinho pelos três prefeitos: Iberê de Matos, Ivo Arzua e Omar Sabbag. Inclusive, o prefeito Omar Sabbag estendeu a pavimentação até a BR-116, prevendo um viaduto para a transposição daquela rodovia federal. Por que uma única via, se ela tem condições para supor-



tar o tráfego pesado e que leva de Norte a Sul. Até hoje ninguém sabe porque razão o sr. Diretor do Detran determinou que aquela via servisse apenas a uma direção de trânsito, a fim de permitir o estacionamento de veículos em ambas as faces da rua. Portanto, prejuízo o tráfego da cidade em benefício do estacionamento de automóveis, com imposição do anel de circulação rápida, que se pretende adotar em Curitiba, nós vamos verificar que a população de Curitiba será grandemente prejudicada.

Portanto, o apêlo que faço ao nobre deputado Jooã Mansur, é para que antes que se adote esta medida, se pese os dois lados da questão; se verifique, de um lado, o povo e de outro lado o proprietário de automóveis, a fim de que não se prejudique, principalmente, o povo que necessita de transporte coletivo, para a sua locomoção.

Quero fazer mais uma vez ao ilustre Líder do Governo nesta Casa, um apêlo: não se trata de defender as empresas de ônibus, porque já tem sua tarifa fixada, por órgão municipal; e estas teriam vantagem porque vão trafejar menos e receber o mesmo dinheiro. Trata-se de defender o povo.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues, terceiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho à tribuna, neste instante do Pequeno Expediente, para registrar aqui o meu protesto contra algumas das expressões com que foi destacada a bancada do MDB na sessão de 5a. feira última, ou melhor dizendo, na sessão de sexta-feira última, quando nós nos retiramos deste Plenário.

Tomei conhecimento, pelas notas taquigráficas, dos pronunciamentos diversos que se verificaram nesta Casa, após a nossa saída. Em especial, um deles me traz aqui. Porque eu não poderia deixar passar, sem o registro de meu protesto, algumas das apreciações feitas aqui desta tribuna, pelo nobre deputado Armando Queiroz.

Refiro-me ao tópico do pronunciamento de S. Exa., onde, criticando a retirada da bancada do MDB, S. Exa. assim se expressou, referindo-se ao requerimento do deputado Paulo Poli, ainda não votado. Disse que: "vêm aqui Deputados que se arvoram em vestais, transformando esta Casa, não em circo, como aqui se fala, mas em coisa muito pior. Está se esquecendo de que aqui estão reunidos os representantes do povo do Paraná e aqui querem talvez usar os métodos das Câmaras Municipais de Guarapuava e Francisco Beltrão".

Ora, fui um dos Deputados no município de Francisco Beltrão. Não tive o prozer, não tive o privilégio de pertencer à Câmara Municipal de Francisco Beltrão, mas conheço aquela cidade e conheço a sua Câmara, pois ali vivi e trabalhei durante muitos anos.

Quero consignar a minha total discordância às expressões com que o deputado Armando Queiroz se referiu à Câmara Municipal de Francisco Beltrão e o faço para que aqui fique registrado que este Deputado, eleito pelo MDB de Francisco Beltrão, não ouviu impassivelmente as críticas imerecidas com que foi distinguida a edilidade daquela cidade. Se uma Câmara tem contribuído para a vida política do Paraná, indiscutivelmente, é a Câmara de Francisco Beltrão. De lá saíram, para a vida pública de nosso Estado, homens do gabarito de Walter Pecoits, do gabarito de Arizone Araujo, que foi um dos vereadores mais bem votados da história política de Francisco Beltrão. E, justamente por sua atuação naquela Casa, recebeu uma expressiva votação com a qual tomou posse nesta Assembléia Legislativa.

Lamento profundamente que o deputado Armando Queiroz tenha se expressado de forma tão imerecida com relação à Câmara Municipal de Francisco Beltrão. Lamento e protesto. Protesto e me sinto na obrigação de repôr as coisas nos seus devidos lugares. Francisco Beltrão não merece nem aceita as críticas que S. Exa. fez da tribuna, porque Francisco Beltrão



tem uma história de coragem, uma história de civismo que ainda há de ser escrita quando se escrever a história do Paraná. Porque Francisco Beltrão lutou muito para conseguir chegar ao ponto de hoje, ao seu desenvolvimento de grande cidade, como de fato é.

Como representante do Sudoeste do Paraná e também de Francisco Beltrão, não poderia deixar de consignar neste episódio o meu protesto. Não o faço em causa própria porque não tive, como disse, o privilégio de pertencer à Câmara de Francisco Beltrão. Por certo S. Exa. o deputado Armando Queiroz não teve oportunidade ainda de conhecer os trabalhos daquela Casa de Leis. Se tivesse não usaria das expressões que usou com referência à mesma.

Peço que conste das notas taquigráficas o protesto do deputado do MDB que discorda deste Deputado, porque considera imerecidas as críticas feitas à Câmara Municipal de Francisco Beltrão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Por delegação muito honrosa da Liderança de meu Partido, venho à tribuna para, em nome da bancada que apoia o governador Haroldo Leon Peres, dar as satisfações que esta Casa merece e que se referem aos últimos episódios verificados na Fundação Educacional do Paraná, e que dizem respeito à dispensa de alguns funcionários.

E se o faço é para corroborar com o que já havia afirmado, em aparte que ofereci, numa das sessões desta Casa, quando, desta tribuna, um sr. Deputado, usando da faculdade e do direito que tem de criticar o Governo, excedia-se, afirmando que este é o governo das perseguições, e segundo sua própria expressão, um governo de ódios.

Mas, como é do conhecimento de todos os srs. Deputados a FUNDEPAR é uma Fundação equiparada às empresas públicas, obedientes aos decretos lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1.967 e o n. 900, de 29 de setembro de 1.969. E, portanto, definida como órgão de direito privado incluída na administração indireta do Estado do Paraná. Os seus funcionários, contratados, obedecem às prescrições da CLT. A Consolidação das Leis do Trabalho, em momento algum deixou de ser observada para que o funcionário, ou funcionários dispensados tivessem pagamento das indenizações que a Lei determina que o empregador cumpra.

No caso específico da FUNDEPAR, a sua função é a de planejar e gerir os recursos federais do Fundo Nacional de Ensino, do Salário de Educação, dos provenientes dos convênios, e ainda os recursos estaduais: o Fundo Estadual de Ensino, a quota do Fundo de Participação dos Estados que se aplica em investimentos e projetos específicos em educação e cultura neste Estado.

Portanto, srs. Deputados, a FUNDEPAR é uma organização técnica. E porisso mesmo, entendemos deve reger-se por critérios de eficiência e economia, norteados numa concepção descompromissada politicamente. Objetiva o interesse público, as necessidades de desenvolvimento do setor educacional de nosso Estado, desenvolvimento social também, e econômico, principalmente.

Foi norteador por esta diretriz que o Governo atual determinou àquele Fundo, em virtude da ampliação de sua tarefa, que procedesse a um completo processo de organização administrativa. Hoje, o Governo Federal, através de organizações semelhantes a Fundepar, vem preconizando, e não só preconizando, exigindo, que os recursos entregues ao Estado para o desenvolvimento educacional, sejam previamente programados quanto à sua aplica-



ção. Tem-se em vista a definição técnica e racional das reais necessidades para o seu mais correto atendimento.

Há também, srs. Deputados, aspectos outros que devem ser abordados. A obrigatoriedade da Fundação Educacional, dentro da sua programação, ou da programação da aplicação de recursos recebidos, dos índices fixados como teto máximo, com as despesas verificadas com o pagamento de pessoal, há o encarecimento muitas vezes das pequenas obras tão necessárias para a melhor distribuição das salas de aula, que devem abrigar a demanda das crianças em idade escolar.

É o caso do Fundo de Participação do Estado, cujo plano de aplicação foi recentemente entregue ao Governo Federal, e por esse aprovado, por enquadrar-se no novo espírito de administração e planejamento recomendado. É o caso de um grande convênio que está em vias de ser concluído, com o programa de expansão do ensino médio, que visa carrear para nosso Estado a elevada cifra de cerca de 20 milhões de dólares.

Vêm os srs. Deputados que não se trata de um órgão burocratizado, ou de uma entidade que possa gerir sem critério bem definido e bem planejado. Seu prestígio técnico tem sobrepassado as fronteiras e nem mesmo os Deputados da oposição, na legislatura passada, criticaram nem de leve a organização da Fundepar. Sempre reconhecemos todos, ser a Fundação Educacional do Paraná o órgão que muito promoveu este Estado. A sua organização foi além das fronteiras do Estado e também muito além das fronteiras do país. Muitos organismos internacionais, a UNESCO, a USAID e outros tantos que nos têm visitado, nunca economizaram elogios às suas realizações e ao papel relevante que assume na melhoria da administração educacional e financeira do Estado.

Nós mesmos, no exercício de nossa missão nesta Casa de Leis, quando sentimos a ação da Fundepar, colaboradora e fiscalizadora da destinação dos convênios com os governos municipais, verificamos que em maio de 1967 a Fundepar dispunha de 56 funcionários, e em dezembro do mesmo ano 75 empregados, gastando durante o ano de 1967 a importância de 334 milhões, 822 cruzeiros e 20 centavos.

No ano seguinte, isto é, em 1968, o quadro de empregados da Fundepar aplicava-se para 105 e a despesa subiu para a cifra de 723 milhões, 576 cruzeiros e 30 centavos.

Em 1969, srs. Deputados, elevava-se novamente esta cifra para 108 funcionários, sendo que a despesa de pessoal, naquele ano, era de 838 milhões, 991 cruzeiros e 16 centavos.

Finalmente, no ano passado, em 1970, o número de empregados ascendeu a 183 e a despesa com pessoal da Fundepar foi a 1 bilhão, 621 milhões, 200 cruzeiros e 59 centavos.

Seria o caso de neste particular, fazer um parentesis para dizer que a Fundepar, com pessoa, gasta o dobro que o Poder Legislativo gasta com seu funcionalismo. Entretanto, não vamos discutir aqui, srs. Deputados, a validade ou não desta despesa para nós vultuosa, fora de propósito.

Mas, vamos nos referir ao fato de que o Governo Federal exige um percentual não superior a 3% dos recursos daquela Fundação que devem ser gastos com as despesas de custeio e com o pagamento de pessoal.

É verdade que entendemos que as funções da Fundepar se tornaram mais complexas e acrescidas nos últimos anos. Porém, não tanto que induza a criação de tantos novos cargos. Teria sido mais racional levar a produtividade a seu funcionalismo, se isto dependia de recursos financeiros, para contar com pessoal altamente qualificado e com funcionários intermediários bem pagos, bem treinados.

Por ocasião da reestruturação levada a efeito em dezembro de 1969, houve necessidade de incrementar a faixa salarial intermediária, pois a Fundação se ressentia, segundo alguns ainda se ressurte, dos baixos níveis de vencimentos pagos a datilógrafos, a motoristas, a oficiais administrativos e



outros sobre quem caíam e caem a maior soma de serviço daquela Fundação. Face ao elevado número de empregados esse incremento da faixa intermediária ocorreu. Porém, a Fundação contava em seus quadros com empregados de nível superior em número insuficiente. No momento em que se necessitou contratar pessoal qualificado em vista do extraordinário aumento de atividades nos anos 69/70, devido a saída de engenheiros do quadro de pessoal, os baixos níveis iniciais, é evidente, que a dificuldade que surge hoje, quando se necessita de um contabilista superior, ou de um engenheiro experiente, e se está oferecendo um salário de 1.700 cruzeiros para um regime integral, o Poder Público no caso, a Fundação, tende a perder sempre na procura desta mão de obra para as empresas privadas.

Assim, a instituição recebeum diretrizes no sentido de buscar mais eficácia e rendimentos para assumir os novos encargos técnicos e administrativos, advinentes da política econômico-financeira e educacional do Governo da União. E não poderia fazê-lo e fôsse mal administrado e nem teria o direito de manter uma política indiscriminada de emprego e, muito menos, de sobrepor os interesses particulares às suas legítimas finalidades.

**O sr. Cândido Martins de Oliveira** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Ivo Tomazoni, quero inicialmente corroborar as palavras de V. Exa., quando diz ser a FUNDEPAR uma instituição técnica, de real valia para a programação do plano educacional do Governo do Estado e para a implantação das determinações do Governo Federal, no que se refere o setor de educação.

Quero corroborar, ainda as suas palavras no que se refere à projeção que hoje aquela entidade tem, perante todo o Brasil, graças à promoção de caráter educacional e cultural, a notabilizá-la nesse ambiente em todo o País.

Mas gostaria de apenas dar uma explicação com relação ao aumento do número de funcionários da FUNDEPAR. Ocorre que, nobre Deputado, talvez seja do seu conhecimento, há alguns anos atrás, havia duas entidades com a mesma finalidade, e gerindo inclusive recursos advindos da mesma fonte. Um deles, era o GEPLANEPAR, que tinha como objetivo a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, e do Fundo Nacional de Ensino Médio. E a FUNDEPAR se restringia à aplicação dos recursos estaduais.

Em função desta duplicidade de órgão, o governador Paulo Pimentel entendeu conveniente a extinção de um destes órgãos, extinguiu o GEPLANEPAR e passou para a FUNDEPAR as atribuições do GEPLANEPAR. E em função destas atribuições terem ido para a FUNDEPAR, a FUNDEPAR assumiu todas as dívidas do GEPLANEPAR e inclusive todos os funcionários.

Naquela ocasião, o GEPLANEPAR devia ter aproximadamente 50 funcionários que foram incorporados ao funcionalismo da FUNDEPAR. Vem daí, portanto, o aumento a que V. Exa. se refere, no ano de 68 ou no início de 69, mais ou menos. Apenas este reparo, é que eu queria fazer, dando esta explicação a V. Exa. e à Casa, com relação ao aumento do número de funcionários da Fundepar, de funcionários que pertenciam os quadros do Geplane-par, que foi extinta e passaram a pertencer aos quadros da Fundepar.

**O SR. IVO TOMAZONI** — Agradeço a V. Exa. a informação. Mesmo porque, não tinha no meu pronunciamento qualquer interesse de responsabilizar qualquer diretor daquele órgão, no tocante ao aumento de funcionários dos anos de 67 para 68 e 69 para 70, que foram as duas elevações na faixa de funcionários muito acentuada. De 67 para 68, 105 funcionários. De 68 para 69, 108 e acrescida no ano de 70 para 183 funcionários.

Fazia a menção justa, para justificar e era o raciocínio do meu discurso, despesa de importância, no nosso entender, muito elevada, com despesas de custeio desta organização.

Achamos que com uma economia neste setor, nós poderíamos levar mais obras ao interior do Estado. Tivemos uma nacionalização na aplicação dos



recursos, com uma despesa de custeio na elaboração dos planos dos projetos, muitas vezes utópicos. Porque são grupos escolares, tipo padrão, casas escolares, tipo padrão. No nosso entender, não haveria necessidade de manter-se planejamento: um corpo de engenheiros, de técnicos, de desenhistas, de laboratório a cada convênio a ser realizado, para que uma mão de obra cara. Isto se fez e ainda se faz, talvez, no Departamento de Edificações e Obras Especiais, onde os recursos entregues, através de convênios eram para a aplicação específica em salas de casas escolares de uma ou duas ou 3 salas e grupos de 4, e 5 salas. Mas sempre obedecendo um projeto que aprovado inicialmente devesse servir para todas as regiões do Estado. É talvez para mim, um ponto de vista mais válido, no tocante à economia. Com as despesas só operacionais da Fundação Educacional.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos há poucos meses como deputado desta egrégia Assembléia Legislativa; e V. Exa. que está aqui há vários anos, nós teríamos assim a liberdade de fazer uma indagação, quando V. Exa. faz menção ao gasto vultoso na Fundepar, no Governo passado.

Gostaríamos, ilustre Deputado, que V. Exa. que está aqui há tantos anos, trabalhando pelo Paraná, nos informasse qual teria sido o comportamento dessa Assembléia Legislativa, diante de uma fundação que estava quem sabe exagerando em seus gastos?

O SR. IVO TOMAZONI — Sem ferir melindres, Deputado. Eu estava dando explicação a V. Exa. e ao deputado Cândido Martins, — aliás ele já tinha conhecimento desta medida e pretendia que a Casa tomasse conhecimento dela. Ao final do ano de 69, a Fundepar contava com 108 funcionários. No final do ano de 70, é que este número foi acrescido para 183 funcionários. A FUNDEPAR, quero crer, e o deputado Cândido de Oliveira pode confirmar ou não, presta contas a um Conselho.

Não participei tão diretamente como gostaria, como pretendia ter participado do Governo passado. Quem sabe, se tivesse tido conhecimento destes dados que agora são trazidos por solicitação, fôsse possível, não só a este Deputado, mas a outros mais, reclamar contra estas operações, em nosso entender, vultosas.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas mais um aparte, sem querer tumultuar o discurso de V. Exa.. A guisa de informação gostaria de dizer a V. Exa. que a lei que criou a FUNDEPAR fixa um limite de despesas da Instituição com o seu funcionalismo, limite este que não pode, sob forma alguma, ser ultrapassado, sob pena de a entidade ter suas contas recusadas pelo órgão competente. Não conheço realmente, e confesso a V. Exa., o final de 69 ou mesmo o ano de 70 com relação a este índice de 5% do total da verba gerida. É o limite fixado para despesas com o pessoal. Realmente, a informação que V. Exa. deu ao deputado Antônio Belinati é procedente. A Fundação Educacional do Paraná, como toda a Fundação, tem um Conselho diretor que é o órgão que examina todas as propostas de designação e que deveria examinar também, pelo seu regulamento, todas as propostas de exoneração. É o órgão máximo da Entidade, que dá as diretrizes ou as normas gerais para a atuação da Diretoria Executiva, da Superintendência e da Diretoria Administrativa.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O sr. Antônio Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre deputado Ivo Tomazoni, quero, de início, louvar a atitude tranquila de V. Exa. ao tratar de assunto desta natureza. Realmente, todos nós deveríamos ter esta mesma tranquilidade de V. Exa., a mesma calma para falar sobre estes assuntos. Disse muito bem V. Exa., há pouco, que é preciso racionalizar os recursos e acrescento que a racionalização dos recursos é necessária para que haja melhor distribuição dos benefícios. É a meta do



Governo revolucionário que está há sete anos neste País e que se consolidou no Governo do Presidente Médici. Efetivamente, está chegando a época que jamais esperaríamos que chegasse em que a administração da coisa pública deva ser gerida com as empresas particulares, num extremo rigor de economia, para que haja mais produtividade. Parabéns.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio com toda a honestidade, enriquecer a exposição que pretendo fazer para que possa ser assimilada por todos os Deputados para, no final, prestar as informações cobrados desta tribuna por alguns srs. Deputados.

Não haveria necessidade de dizer que para que a Fundação Educacional do Paraná se transmite em Fundação autêntica, será necessária a aplicação de muitas medidas saneadoras. Algumas, quem sabe, drásticas. Todas elas, queremos crer, impopulares. Nós sabemos que só medidas desta natureza haverão de culminar com a reforma da legislação orgânica e das normas administrativas daquela entidade. E para muitos que têm vivência na FUNDEPAR, muitos funcionários altamente gabaritados daquela Fundação, entendem que muito da sua estrutura já está ultrapassada e necessita ser adaptada à nova filosofia, principalmente do Governo Revolucionário; agora, mais do que nunca, compreendida pelo Governo Estadual, que luta para que todos os órgãos da administração direta e indireta do Estado, cada vez mais, deixem de planejar paralelamente, para que usem a experiência, os recursos, a capacidade das organizações que o Governo Federal mantém no Estado do Paraná, para o trabalho em conjunto mais produtivo. E sendo mais produtivo esse trabalho, será mais econômico e racional.

Quero crer que estas consistem em razão dos fins a que se propõe a FUNDEPAR em encarar os custos operacionais como ônus a serem minimizados; e os custos de pessoal em particular, como resultante da produtividade, da competência, na resolução dos complexos problemas administrativos de suas atividades.

Nesta linha de conduta, srs. Deputados, como qualquer empresa eficiente o faria, tenho certeza, a FUNDEPAR adotou a redução do quadro de pessoal e está pretendendo também uma rápida melhoria qualitativa, como meio urgente e hábil, para alcançar custos mais deduzidos.

E não posso, srs. Deputados, afastar-me deste ponto de vista, porque conheço o espírito do atual Governador do Estado, conheço sua capacidade de assimilar, conheço também sua sensibilidade de homem público e de político acima de tudo, e não me permito acreditar, e não me permito conceber que se duvide da disposição patriótica do sr. Governador em desviar o seu tempo precioso, que deve ser — como está sendo — totalmente usado no sentido da planificação racional do Governo. Tempo precioso esse para as reuniões com seu secretariado, pois que S. Exa. cobra de todos eles a urgência, e que cada um deles se adapte à norma que está impondo no Estado. Não concebo, não aceito, que o sr. Governador do Estado se preocupe com alguns funcionários da FUNDEPAR.

Acredito, sim, que S. Exa. tenha cobrado do Diretor da FUNDEPAR um estudo mais sério, no sentido de dotar aquela Fundação de condições melhores, de gastos menores, para aplicação melhor dos recursos em obras que tenham objetividade na solução dos nossos problemas educacionais que são tantos neste Estado. Qual o Deputado, ou qual a região representada aqui por qualquer um dos srs. Deputados, que não estão a reclamar casas rurais escolares, os grupos escolares das sedes dos municípios e dos ditritos; os ginásios estaduais e colégios, a falta de salas de aula no Paraná inteiro é um fato; é um Estado de expansão demográfica, com aumento populacional incrivelmente grande, que quase não permite ao Governo, aos seus órgãos, socorrer as administrações municipais, dotando-as de recursos, possibilitando a solução desse problema.

É possível, e quero crer que o sr. Governador do Estado tenha cobrado



o direito da Fundepar, como está cobrando de todos os Secretários de Estado, dos Diretores de Departamento, medidas idênticas para que se procure, na racionalização dos serviços, harmonizar-se os gastos operacionais. Isto eu acredito.

Também vou mais além. Não acredito que a atual Direção da Fundepar esteja movida de qualquer interesse subalterno, pessoal ou político, que visa perseguir determinados cidadãos ou determinadas funcionárias. Acredito que dispensas estão sendo feitas, e outras, quero crer, poderão vir a ser feitas, como ocorreu na Café do Paraná. Ninguém abordou o assunto desta tribuna, mas podemos afirmar que a Café do Paraná estava com um quadro de pessoal muito além de suas necessidades. Na oficina mecânica, onde 10 empregados trabalhavam estavam lotados duas ou três dezenas de funcionários. Essa racionalização era necessária.

Na Credimpar está se fazendo um levantamento de mão de obra racional

Também na Fundação Educacional está se fazendo esse trabalho.

Mas convém que se diga aqui, não há desumanidade ~~na~~ homens do Governo que estão agindo assim. É preciso que o Governo seja humano, para quando dispensar qualquer funcionário, o faça em obediência à lei, pague o devido ao funcionário, ao empregado. Obedeça às disposições da CLP, e indenize.

Não é o caso de repto, porque não há um caso sequer que consiga configurar que neste Governo os funcionários ou empregados que recebiam pela Consolidação das leis do trabalho, tenham sido dispensados sem um recebimento do correspondente à indenização.

Nós temos que dar um voto de confiança ao Governo, aos homens responsáveis pelos diversos setores da administração pública, porque nós mesmos, em campanha, dizíamos que muita coisa estava errada no Estado, de que no setor da saúde pública, da assistência social, 4 ou 5 órgãos, pretendiam atender e solucionar os problemas do mesmo setor, sem que um conhecesse o outro.

No setor da agricultura, era o mesmo ato; hoje, se procura fazer, e já temos chegando a esta Casa alguns projetos que visam dar uma nova organização administrativa para o Estado do Paraná.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. ao assomar a tribuna, disse que falava, com muita honra, em nome da liderança da ARENA, ou por delegação da liderança da ARENA. Aproveitando a presença de V. Exa. na tribuna e a presença de S. Exa. o sr. líder da ARENA, gostaríamos de solicitar a V. Exa. se existe algum esclarecimento a ser prestado, com relação à denúncia que ontem tivemos oportunidade de divulgar nesta Casa, publicada na edição de domingo no "O Estado do Paraná", sobre ocorrências lamentáveis que estariam ocorrendo na Fundação Hospitalar do Paraná, de que médicos estavam sendo desviados de suas funções, as quais eram específicas para outras atividades. Não sabemos se hoje já teremos a resposta.

Em segundo lugar, gostaria de fazer uma observação ao pronunciamento que V. Exa. está fazendo, o qual estamos acompanhando com bastante atenção, diz respeito à preocupação do Governo em tomar medidas, segundo disse o nobre Deputado, de ordem administrativa no sentido de diminuir os gastos e para tal esperava S. Exa. relatório ou uma ação mais objetiva por parte daqueles que são responsáveis pelos mais diferentes órgãos da administração pública.

S. Exa. o sr. Governador do Estado teve muitos e muitos meses antes de assumir para planejar o seu sistema de Governo; teve tempo suficiente para contratar técnicos com o fim de organizarem este planejamento. Infelizmente, até agora, nada vi, nada existe de plano global de Governo. Se assim nos pronunciarmos não é com o sentido de fazer oposição e sim porque não podemos ficar parados, o Estado necessita de um plano para que possa continuar progredindo.



Esta a observação que tínhamos a fazer ao seu pronunciamento.

O SR. IVO TOMAZONI — Disse, e as notas taquigráficas devem ter registrado, que o sr. Governador do Estado estava a cobrar dos Secretários de Estado a execução de um programa delineado, desde o dia que assumiu o Governo. O sr. Governador em seu discurso de posse deu a entender que iria ser feita uma reforma administrativa, a qual vem sendo executada.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tenho um reparo a fazer ao seu discurso. Estou de pleno acôrdo que o sr. Governador do Estado procure reduzir os gastos da administração. Isto é louvável e vai ter os aplausos de todo o povo do Paraná.

Estou de pleno acôrdo quando diz que os funcionários, amparados pelo CLT, quando dispensado de suas funções são devidamente indenizados de acôrdo com essa mesma lei.

Mas, fiquei apenas com uma dúvida referentemente ao dr. Antônio Pietrobelli, de quem lemos uma carta aberta dirigida ao sr. Governador do Estado. Se não houve perseguição política — não acredito que tivesse havido e V. Exa. diz que o sr. Governador não iria a um determinado órgão unicamente para demitir um ou dois funcionários — também não acredito que o sr. Governador do Estado tenha dispensado o dr. Antônio Pietrobelli apenas porque é Diretor do jornal "Tribuna do Paraná", órgão que lhe faz oposição e que pertence ao ex-governador Paulo Pimentel. Não acredito nisto, sinceramente. Não estou dizendo em tom de blague — "não acredito". Então das duas, uma. Ou o dr. Antônio Pietrobelli cometeu um delito grave nas suas funções de redator dentro da Fundepar e mereceu essa exoneração, ou então há o propósito do Governo em redução de gastos, porque, se não me engano hoje, no "Diário do Paraná", eu li um anúncio em que a FUNDEPAR está procurando um redator, para contratá-lo, naturalmente, para substituir o dr. Antônio Pietrobelli.

Agora, em termos de capacidade de trabalho, em termos de cultura, eu duvido que tenha algum superior ao dr. Pietrobelli. Poder ter igual, é um jornalista. Portanto, não há obrigação de redução de gastos, porque dispensa um e procura contratar o outro. Então eu acho que deve haver alguma coisa contra o funcionário, o profissional Antônio Pietrobelli.

Quero esclarecer que gostaria que V. Exa. prestasse ao povo do Paraná, estas informações, a fim de que nós não fiquemos com aquela eterna dúvida de que houve uma injustiça, de que houve perseguição política, era o aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — Já concedo o aparte ao nobre deputado Sebastião Rodrigues, antes porém, pretendo na medida do possível, esclarecer a dúvida que paira no espírito do meu grande amigo Erondy Silvério, este Deputado que sempre se prezou de falar, portanto, não cabe a mim, discutir as qualidades, a capacidade do jornalista Antônio Pietrobelli. Tudo que tenho ouvido dêle, induz-me a tê-lo como figura de um homem probo, e, profissional de gabarito e capaz. Mas devo fornecer as informações que tenho.

O jornalista Antônio Pietrobelli, foi nomeado na FUNDEPAR em dois de setembro de 1.967, percebia ultimamente, um salário de 2.022,00 (dois milhões e 22 mil cruzeiros antigos). Durante o tempo em que foi empregado da FUNDEPAR, ele esteve à disposição do Gabinete do Governador e da Secretaria de Educação e Cultura por um espaço de 28 meses. É bem verdade que 16 meses, sem ônus para a FUNDEPAR. Ultimamente, esteve à disposição de um Poder. E entende a direção da FUNDEPAR que a função de redator no caso, do jornalista Antônio Pietrobelli, a quem estava incumbida a tarefa de relacionar o noticiário para a distribuição à imprensa, que para o conhecimento da opinião pública do Paraná, estava sendo prejudicado por um fato. Também não tinha, aquele funcionário, relacionamento nenhum com a Secretaria de Imprensa do atual Governo, não porque lhe fôsse proibida a ação neste sentido, pelo contrário, diálogo nunca o manteve com os ho-



mens responsáveis pela distribuição do noticiário à imprensa, dos atos do Governo do Estado. E nós temos a opinião pública toda a reclamar, e muitos dos srs. Deputados a dizer que não conhecem o plano do Governo de Haroldo Leon Peres, quando, todos sabemos que ele existe bem formulado, criteriosamente bem elaborado, mas que está faltando como divulgá-lo, e no caso também a FUNDEPAR, estava se ressentindo de um homem que pudessem ou que tivesse estas condições que são mínimas para um redator que tem a acumular a função de assessor de imprensa de determinado órgão da administração pública.

Mas o funcionário ao ser dispensado, recebeu do Fundo de Garantia, mais de 5 milhões de cruzeiros; e de indenização, 12 milhões de cruzeiros. Não foi perseguido nem foi jogado à toque de caixa na rua, nem foi impellido à Justiça do Trabalho para, com uma delonga, receber, no final, a importância que a FUNDEPAR lhe deve. A FUNDEPAR o chamou, já com os levantamentos que a Lei exige, prontos. E devia, no instante que o dispensou, ter-lhe efetuado o pagamento da importância correspondente, ao Fundo de Garantia e da indenização devida.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa. disse que o funcionário Antônio Pietrobelli recebeu do Fundo de Garantia na ordem de 5 mil cruzeiros? Então a despedida foi sem justa causa, porque quando a despedida é calcada em causa justificada, segundo a lei trabalhista, não há possibilidade do levantamento do Fundo de Garantia. É a lei que diz isso.

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre Deputado, perguntaria a V. Exa. — e agora eu interpele, não o Deputado mas o empresário, o comerciante: quando V. Exa. tem a seu serviço um funcionário que, no entender de V. Exa. cujo cargo, ocupado por outro cidadão pudesse servir melhor à organização; mais eficiência, divulgá-la melhor, V. Exa. como empresário, admitiria a possibilidade de substituição?

O sr. Erondy Silvério — Admito sempre. Qualquer empresário faz isso.

O SR. IVO TOMAZONI — Obrigado a V. Exa.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Ivo Tomazoni, eu acompanho a explicação que V. Exa. dá à Casa, em nome da bancada governista, da dispensa de funcionários da FUNDEPAR.

Justifica V. Exa. a despedida, à luz da economia que o Governo deve fazer; é uma das facetas. O que eu quero estranhar, Excelência, é que o Governo aplique este critério rigoroso na FUNDEPAR e deixe de aplicá-lo em muitos setores da administração.

Porque ainda há dias atrás, a imprensa noticiou e esta Casa tomou conhecimento da nomeação de dois jovens: um para o IPE e o outro para a Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O Secretário de Viação e Obras Públicas nomeou um rapazola, filho do Presidente do IPE; e este, nomeou para a repartição que dirige, o filho do Secretário de Viação e Obras Públicas. Eu não entendo esta economia; não entendo mesmo, e tenho o direito aqui de levantar sobre a matéria, o pensamento que eu bem entender, porque eu requeri a esta Casa o "Curriculum vitae" a essas duas repartições, dos dois funcionários e a Casa negou-me. V. Exa. tem maiores facilidades, e condições do que eu para abordar este assunto, porque V. Exa. consegue os elementos. Mas nós, Deputados da oposição, não os conseguimos.

Veja V. Exa. negaram-se até o "Curriculum vitae" de dois funcionários; simplesmente o "Curriculum vitae"; isto me foi negado. Agora, eu tenho o direito de estranhar. Porque entendo, Excelência, e V. Exa. há de convir comigo, entendo que as duas nomeações foram mal feitas, porque o Secretário de Viação e Obras Públicas, se tinha um filho que servia para um cargo de confiança do Diretor do IPE, é lógico que nomearia para si mesmo e o



Diretor do IPE nomearia para si o seu filho. Mas ambos trocaram o filho do Secretário de Viação e Obras é bom funcionário para o Diretor do IPE e o filho do Diretor do IPE é bom funcionário para o Secretário de Viação e Obras Públicas. As nomeações saíram no mesmo dia. Tenho o direito de levantar esta dúvida. Quanto mais que esta Casa negou-me as informações que pedi àquelas repartições. Negou-me o "Curriculum vitae" dos dois funcionários. Estranho e acredito que o Governo está agindo com dois pesos e duas medidas. Dispensa aqueles que não lhe convêm. Não aceito a argumentação de V. Exa. enquanto estiverem as nomeações destes dois rapazes sem explicação. Gostaria que a Casa recebesse esclarecimentos acerca disto. Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Inicialmente, sr. Deputado, V. Exa. aborda um assunto completamente fora do que eu pretendo, desta tribuna, analisar. Se estas nomeações se verificaram, foram para o preenchimento de cargos em Comissão, oficial de gabinete ou auxiliar de gabinete, cargos demissíveis "ad nutum", sem qualquer indenização, a qualquer tempo, de inteira e absoluta confiança do Secretário de Estado ou do Diretor do IPE, no caso. Porque é da estrutura do gabinete e não vejo onde esta Casa possa determinar a qualquer Secretário sobre como deva ele nomear ou como não deva ele nomear. Se são jovens, tanto melhor para eles. Deus que guarde a juventude deles porque estamos perdendo a nossa. Se um é útil para a Secretaria de Viação e Obras Públicas e não o é para o IPE, e vice-versa, é do entendimento do Secretário de Viação e do Diretor do IPE que devem escolher porque os cargos são preenchidos e devem recair em pessoas da mais absoluta confiança.

Não cabe a esta Casa discutir. Não foi o Governador do Estado, não foi o Secretário de Viação e Obras Públicas e nem o Diretor do IPE, que negaram o "Curriculum vitae" destes funcionários. Foi a bancada da ARENA que entendeu não caber à mesma discutir nomeações de oficiais de gabinete ou auxiliares de gabinete, porque não é de nossa competência. Se V. Exa. disser que um deles é um presidiário, ou foi; se não têm a certidão necessária para o desempenho de função pública, expedida pela autoridade competente; se são subversivos ou qualquer coisa mais; se V. Exa. arguir que algum deles não tem idoneidade moral para ocupar o cargo, então sim, é problema de interpelação da Casa para o órgão competente. Mas entendeu nossa bancada que não poderíamos entrar em seara alheia sem que para isto tivéssemos razões suficientes.

Por esta razão, votamos com nossa liderança, desde que os motivos nos induziram a isto.

Veja V. Exa. que é problema diferente porque estamos tratando, não se funcionários públicos, mas de empregados de empresas. No caso da FUNDEPAR os empregados são pagos por administração indireta do Estado. As funções são regidas pelo CLT.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sei que V. Exa. está tratando de funcionários que servem ao Governo sob o amparo da CLT. Mas o dinheiro com que é pago o funcionalismo é o mesmo com que são pagos os outros admitidos dentro do critério que rege as funções públicas do Estado. É economia do mesmo dinheiro. Existe um relacionamento. Quanto ao requerimento que fiz, pedindo o "Curriculum vitae", quero lembrar a V. Exa. que no Governo passado, a bancada de V. Exa. negou um série de informações pedidas por Deputados da oposição, nesta Casa. E, hoje, vem criticar o Governo passado, justamente naqueles pontos em que a oposição tentava se informar. E peço a V. Exa. que se lembre disso, porque vi Deputados do Partido de V. Exa. assumirem a tribuna, no início desta legislatura, e dizerem que desconheciam tudo aquilo que se estava passando no Governo passado. Desconheciam, mas não tinham o direito de fugir à responsabilidade por isso. Porque, deixaram de votar os



requerimentos de informação. Eu não tenho acesso aos elementos que V. Exa. tem, por isso, requei nesta Casa, as informações, simplesmente o "Curriculum vitae", sem qualquer segunda intenção.

Era êsse o esclarecimento que queria dar a V. Exa. porque jamais pretendi que esta Casa interferisse nas nomeações. Queria isto sim, elementos informativos para que a oposição pudesse então tratar do assunto como êle, verdadeiramente, merece ser tratado.

O SR. IVO TOMAZONI — Veja V. Exa. que nossos pontos de vista não se coadunam. E por que? Porque êsses dois moços a que V. Exa. se refere, foram nomeados dentro da estrutura do gabinete desses dois órgãos. Se não fôsem eles, outros seriam nomeados para aqueles cargos, porque são necessários e indispensáveis para o funcionamento de um gabinete, dentro de sua estrutura. Não é o caso de economia, nobre Deputado.

Quando V. Exa. levantou, no Plenário, o problema, e quando o fez com vistas de estabelecer confusão em torno do caso, V. Exa. disse que havia sido uma troca de gentileza com chapéu da administração pública. Mas, repito, nobre Deputado, não é o caso de economia. A estrutura de um gabinete comporta um chefe de gabinete, assessor de gabinete, oficial de gabinete, auxiliar de gabinete, todos êsses cargos a serem preenchidos, recaindo a escolha em pessoas da absoluta confiança do secretário, em última análise, quem deve beneficiar-se dos bons ou mais serviços do gabinete.

Potanto, não é válida a tese que V. Exa. levantou aqui: o problema da economia. Estamos analisando o problema da FUNDEPAR, no nosso entendimento é válida a argumentação. Porque nenhum funcionário, nenhum empregado, é dispensado sem que se faça justiça, pagando-lhe tôdas as importâncias que a Lei determina que se o faça.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, o pronunciamento de V. Exa. torna-se importante. Primeiro, porque é feito com muita firmeza, com conhecimento de causa, e também com muita serenidade. Mas, nobre Deputado êle está dando condições, a par do problema principal, do tempo, a que a gente possa desviar-se um pouco para tecer comentários a respeito da indagação feita pelo sr. deputado Mauricio Fruct. S. Exa. está muito preocupado com o plano governamental de obras do Governo. E eu estive, aqui, anotando, neste jornal, coisas que dizem respeito à administração do sr. Governador. E assim, sr. Deputado, é preciso — talvez não fôsse preciso — mas no momento é preciso, que se afirme que no instante que o sr. Governador procura meios, recursos, para pagar 140 milhões de vencimentos atrasados, êle está administrando. No instante em que S. Exa. anuncia, publicamente, ao Paraná todo, que está em execução o plano da TELEPAR, êle está administrando. No instante em que êle coloca em termos aceitáveis a posição do Banco do Estado, que, inclusive passou a receber um afluxo enorme de depósitos, êle está administrando. A COPASA não parou. A CAFÉ DO PARANÁ continua funcionando. Os empreiteiros já estão recebendo os atrasados. A Secretaria de Viação já está começando seu pagamento de obras. Tudo isso, como V. Exa. disse, sem alarde, sem promoção, um trabalho sereno, equilibrado, e que sem dúvida irá trazer os benefícios desejados, não só pelos Deputados da ARENA como também do MDB.

O SR. IVO TOMAZONI — Exatamente. Queria analisar o aspecto que o deputado Armando Queiroz focalizou. Sabemos que estamos agora neste início de mês, terminando com os atrasados dos funcionários, graças a Deus. Que esta semana, 30 bilhões antigos estão sendo pagos aos empreiteiros e até o fim do mês, 80 bilhões serão pagos praticamente quase tôda a dívida.

O Banco do Estado do Paraná, que tinha depósitos de particulares da ordem de 116 milhões, já alcançou depósitos de 300 bilhões antigos. É o Governo que está deslanchando.



É é por isso, que neste final, gostaria de afirmar que se dispensas estão havendo, está se verificando sem discriminação, sem cavilações políticas e sem interferência de pressões políticas ou juízos individuais ou subjetivos. Não se trata de demissões em massa. É bom que se fale, que se diga, que se afirme, que não se trata de demissão de funcionários humildes, porque funcionário humilde, é aquele da faixa de 180, 200, 300 até 400 cruzeiros. Trata-se de dispensa de pessoal não necessário, no nosso entender, pois dispensável ou substituível, dentro das normas que regem aquela organização.

O SR. PRESIDENTE — O tempo já está esgotado.

O SR. IVO TOMAZONI — Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 44/70, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 44/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a usina hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município.

Art. 2.º — Para salvaguardar o interesse do Estado, o material doado ficará sob o regime de inalienabilidade a qualquer título e, se esta ocorrer, o patrimônio reverterá ao doador.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/70, de autoria do deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ginásio Estadual no Distrito de Malú, Município de Terra Boa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com **SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado pelo substitutivo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 20-70, de autoria do deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio atra-



vés do D.E.R., com o Município da Lapa, para construção de uma ponte de alvenaria sobre o rio Passa Dois. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/70, de autoria do deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Nossa Senhora da Penha, do Município de Corbélia, um curso Ginásial. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/70, de autoria do deputado Wilson Fortes, fica criada uma Inspeção de Ensino, com sede em Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com SUBSTITUTO. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 130/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção de Ensino da Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes.

#### JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região ressen-te-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade. Considerando este fato, bem como a amplitude da região propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício, em prol do ensino do Paraná. Efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual Governo, cabe o nós, homens que representamos as populações interioranas, facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que, não só melhorem o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com ele relacionados.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 130/70

Autor: Dep. Wilson Fortes

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a criar, mediante decreto, uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição nos Municípios que especifica".

#### PARECER

1. O projeto vem articulado e justificado, em consonância com determinação expressa continua no Regimento Interno.

2. Inconstitucional o projeto da forma como vem redigido, não obstante ser legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor. Todavia, para corrigir a irregularidade apontada, apresentamos substitutivo anexo.

3. Aceito o substitutivo indicado, somos pela sua aprovação.

É o parecer.



Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Alencar Furtado

Paulo Poli

Luiz Renato Malucelli

Roberto Galvani

#### SUBSTITUTIVO GERAL

#### AO PROJETO DE LEI N. 130/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante decreto, uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição, além do Município Sede, nos Municípios de Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 03 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provisão em Comissão: no inciso I, um de Inspeção Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; e, no inciso IV, um de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970.

aa) Presidente

Relator — Ivo Tomazoni

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 130/70

I — De autoria do nobre deputado Wilson Fortes, objetiva este plano de lei a criação de uma Inspeção de Ensino, no Município de Cidade Gaúcha, com jurisdição nos de Tapira, Nova Olimpia, Guaporema e Rondon, além do Município sede.

II — O projeto está devidamente justificado, merecendo ser acolhido nesta Comissão, porém na forma do Substitutivo lhe oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1971

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 130/70 por 3 sessões. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Felix Maria Bianco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Sidrak Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja dedicado o Grande Expediente da sessão do dia 8 corrente para o enaltecimento da personalidade de Anchieta. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente solicitando o pronunciamento oficial da Casa, através de apêlo ao sr. Presidente da República no sentido de proibição de fabrico e vendas de fogos de artifícios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado no sentido de que seja construído um edifício de isolamento para tuberculosos, junto ao hospital São Vicente de Paula na cidade de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar veículos à Delegacia de Polícia de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que determine uma campanha publicitária, destacando a função do fiscal, como um agente esclarecedor. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ao Presidente da República, ao sr. Governador do Estado e Ministro da Justiça, no sentido de que as eleições gerais dos Partidos Políticos, já fixados, sejam transferidas para os meses de fevereiro, março e abril de 1972.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, tem o palavra o nobre deputado Antonio Belinatti.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós havíamos, ontem, solicitado o adiamento de votação do presente requerimento, apenas com o propósito de louvar o ilustre líder da maioria, deputado João Mansur, pela oportunidade deste requerimento. Porque se as eleições partidárias forem transferidas de acordo com a nova lei política, ficará patenteado conforme bem salientou o nobre deputado João Mansur, que as Câmaras, as Assembléias e o próprio Congresso Nacional, sofrerão uma grande decaída de produção, haverá uma sensível queda de produção, porque prefeitos, vereadores, deputados e senadores, passarão a se empenhar na reestruturação dos diretórios políticos, e com isto o próprio povo é quem será prejudicado através de uma atuação reduzida dos seus representantes. Nós confiamos que com o envio deste requerimento, possa haver um adiamento das eleições dos diretórios. Com isto, vereadores, prefeitos, deputados e senadores, continuam no mesmo ritmo de trabalho. Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur. Encerrada a discussão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes visando ampla reforma nos prédios escolares de Londrina.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei: n.º 197/69;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 20/70 e 76/70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 63/70, 202/70 e 145/70.

Levanta-se a sessão.